



GT 38. Estudos etnográficos no mundo dos psicoativos

Coordenador(es):

Edward John Baptista das Neves MacRae (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Regina de Paula Medeiros (PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Nos últimos anos, o campo do estudo do uso de substâncias psicoativas, até recentemente apanágio quase exclusivo dos estudos em saúde ou direito, vem também se desenvolvendo de forma muito rápida na antropologia. A nova, mas não inédita, atenção dada aos seus aspectos culturais traz uma série de implicações teóricas, metodológicas, políticas e éticas. Destacam-se aí conflitos entre abordagens teóricas baseadas no interacionismo simbólico e as norteadas pela teoria ator-rede e as questões metodológicas relacionadas a uma maior ou menor participação nas práticas pesquisadas e na militância de diferentes movimentos sociais. Surgem diversas indagações. Pode/ deve o pesquisador usar substâncias psicoativas em campo junto com seus interlocutores? Qual o lugar da autoetnografia? Tampouco podem ser deixadas de fora questões éticas relacionadas ao estudo de populações com práticas ilícitas ou socialmente estigmatizadas. Que proteção se oferece aos sujeitos da pesquisa? E aos pesquisadores? Pensando nestas, propõe-se um grupo de trabalho para refletir sobre instrumentos metodológicos-teóricos- éticos que possibilitam a compreensão dos contextos sociais onde pesquisadores investigam distintas práticas de uso de psicoativos, sejam eles lúdicos, espirituais ou terapêuticos possam trazer à discussão os vários dilemas encontrados em seus estudos.

Gênero, Acesso e Confiança em Campos do Tráfico de Drogas

Autoria: Lúcia Lamounier sena (PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

A proposta do work a ser apresentado é problematizar o gênero em campos de pesquisa sobre o tráfico de drogas em termos do acesso, da conquista de confiança e da própria geração e interpretação dos dados. No caso de um pesquisador que se apresenta como uma mulher, esse fato afeta o objeto pesquisado quando se analisam outras mulheres? Ser mulher franqueia ou inibe o acesso e a confiança em um campo de tráfico de drogas? O objetivo é apresentar a natureza das barreiras para o acesso e confiança na sua diversidade de situações interseccionadas pelo gênero em um campo sobre a participação as mulheres no tráfico de drogas realizada em Belo Horizonte e RMBH. A pesquisa sobre tráfico de drogas têm historicamente uma abordagem sobre a participação das mulheres feita de um ponto de vista bastante enviesado, sobretudo por serem homens os pesquisadores ou pela perspectiva teórica de ser o crime um fenômeno predominante masculino. A participação dos homens tende a ser entendida como um comportamento normativo, um suposto ethos masculino, enquanto a participação das mulheres é posicionada como resultado das questões afetivas e vinculadas às posições femininos na família. Esse viés é também vivenciado em campo no que tange ao acesso às mulheres, às vezes interditando às vezes franqueando o acesso. Essa barreira já há alguns anos também foi mapeada pelas autoras na discussão sobre o acesso, na pesquisa de Adler(1985); Maher e Hudson (2007) em campos de uso do crack em Nova York. As autoras problematizam o underground sexism que, sobretudo nos níveis mais altos de comercialização, faz com que os homens impeçam o acesso às ?suas mulheres? ou que essas neguem a sua participação para uma outra mulher, a pesquisadora. Outro aspecto da pesquisa em um ?universo outsider?, nos termos utilizados por Becker (2008) são as transgressões de ambos (pesquisador/pesquisado) que não se dão somente no âmbito moral, mas também no legal, como, por exemplo, o tráfico ilegal de drogas. Essa atividade é descrita como crime segundo a lei federal de n. 11.343/06, com penas que variam entre 5 e 15 anos.As dúvidas relativas aos interesses do ?quem ganha com isso? são barreiras entre pesquisador e pesquisado cujas dificuldades, em princípio, não são muito claras. Os



contatos obtidos, aqueles que ficam ?na promessa? e todas as outras situações de pesquisa sempre tangenciam a confiança e o acesso no decorrer de um campo cujas especificidades no seu encontro com o gênero vão se mostrando aos poucos.



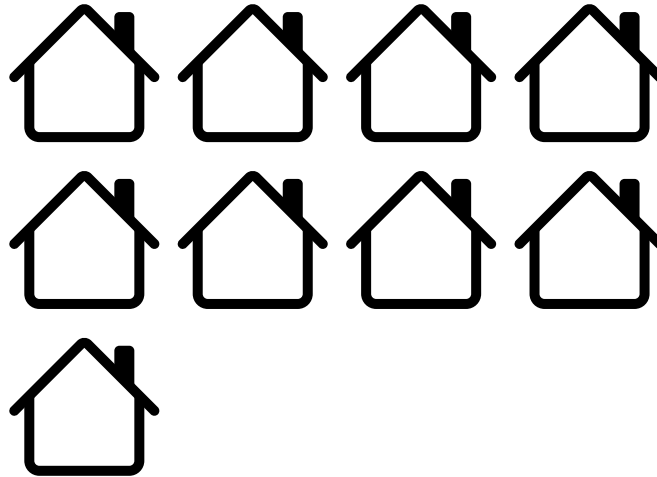
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: